

SIGNIFICAÇÃO DO NACIONALISMO

HERMES LIMA

A palavra nacionalismo desperta reações contraditórias. Urge, pois, examinar o que ela significa.

De um modo abstrato, poder-se-ia conceituar o nacionalismo como a atitude política que, exaltando o valor da independência nacional, se opõe aos elementos que a impedem, a ameaçam ou com ela se chocam.

Mas essa conceituação abstrata do nacionalismo não diria grande coisa sobre sua substância. À luz daquela definição abstrata, nacionalistas seriam todos os Estados, porque todos colocam sua independência acima de qualquer outro valor político e, conseqüentemente, opõem-se aos elementos que a ameaçam. Dêsse modo, os Estados Unidos seriam tão nacionalistas quanto o Brasil, a Inglaterra tanto quanto a Índia, a França tanto quanto a Indo-China.

Se descermos, porém, ao mundo real, verificaremos que nem todos os povos são independentes, apesar de diversos deles constituírem unidades nacionais de feições bem definidas. Verificaremos, também, que, entre os Estados politicamente independentes, alguns há mais independentes do que outros, porque enquanto certos dentre eles são Estados industrialmente adiantados, economicamente poderosos, outros são Estados industrialmente atrasados, economicamente fracos.

Ora, o nacionalismo constitui valor político-cultural que toma sentido concreto das condições político-sociais dominantes em certo povo ou Estado. Não possui, portanto, o nacionalismo apenas uma versão, porém variadas versões.

O nacionalismo de um povo subjugado pelo estrangeiro, em luta por sua libertação, apresenta problemas e formas que não são as mesmas de um país já politicamente emancipado.

Nas lutas pela independência, o nacionalismo brasileiro tinha a enfrentar questões que estão ultrapassadas, exprimia-se em linguagem que agora não é a mesma, despertava sentimentos que hoje em dia não desperta mais. Pairava em

atmosfera de exaltação jacobina o nacionalismo daquela época. Temia-se a recolonização e o temor da recolonização encarnava-se em setores e elementos da sociedade do tempo.

Havia, por exemplo, um sentimento antiportuguês que era sinônimo de sentimento anticolonial. Por mais jacobino e exagerado que fôsse êsse sentimento, tinha suas razões de ser. Não era invenção caprichosa de espíritos chauvinistas, nem revelava ódio gratuito ao estrangeiro. Importantes camadas da sociedade brasileira do tempo divisavam na independência, em nossa separação absoluta da metrópole, grave dano aos seus interesses. Dêsse modo, o nacionalismo tendia ao jacobinismo, a um patriotismo verde e amarelo exaltado, porém nem por isto deixava de constituir, em seu conjunto, o mais poderoso dos elementos políticos com que contava a causa da independência e de sua consolidação.

Do inflamado nacionalismo da época da independência temos antes orgulho que vergonha. Sem dúvida, êle apresentou exagerações. Mas, no mundo social, os sentimentos coletivos não se comportam como as chamadas "pessoas sensatas" gostariam que êles se comportassem. O próprio do mundo social, nos períodos de luta sobretudo, é a radicalização dos modos políticos de sentir e pensar. E' com êsse ingrediente que se fazem as grandes coisas, e se desencadeiam os vastos movimentos de opinião. Dêle é o vinho que se bebe para lutar e morrer por uma idéia ou por uma causa.

Figuremos, agora, um sujeito "sensato", e além de sensato, instruído, pensando com a lógica do mais frio raciocínio nas dificuldades que a sonhada Independência seria suscetível de trazer ao país. Na vasta extensão de milhões de quilômetros quadrados, havia uma população íntima, tremendamente dispersa, sem homogeneidade social, constituída de índios e de negros escravos em sua maioria, e de uma minoria de brancos. Sob êsse conjunto pairava a ameaça de desintegração à semelhança do que ocorreu na América espanhola, pois não havia senão precárias comunicações marítimas, às províncias isoladas tendiam a viver cada qual o seu destino, e o pessoal governante disponível era escasso.

Pesados num laboratório, onde não entrasse o sentimento, os prós e contras da Independência, a conclusão provável seria a de esperar que os acontecimentos evoluíssem "naturalmente" para a emancipação política, pois não seria "sensato" estabelecer tamanha atmosfera de agitação num momento em que as peças da precária integridade nacional ameaçavam desarticular-se e vir abaixo sob os golpes da luta intestina.

A contemplação estática da realidade imediata objetiva pode conduzir, portanto, ao adiamento de ações políticas aparentemente inviáveis. E' que não se deve perder de vista, que a realidade imediata não se constitui apenas dos fatos e dados que nossa observação apreende, porém, dêesses fatos e dados e mais da capacidade de liberar os acontecimentos, seja pelo comando do simbolismo, seja pela criação de uma atmosfera favorável aos nossos desígnios.

Muitas e muitas vèzes, o nacionalismo forma essa atmosfera. Assim sucedeu nos tempos da Independência, assim está acontecendo nos tempos atuais.

Naquela época, tratava-se de conquistar os direitos que a soberania política confere. Na atualidade, trata-se de completar nossa maioria econômica. Realmente, é mister que passemos da condição de país subdesenvolvido, produzindo sob uma economia complementar de economias industrializadas, para a condição de país dotado de uma infra-estrutura econômica e industrial, capaz de nos fornecer os indispensáveis recursos para o aproveitamento de nossas matérias primas, para o aumento de nossa produtividade, a fim de nos convertermos num grande mercado interno na base da população que já possuímos, a oitava entre os países do mundo.

A atmosfera política indispensável a semelhante empresa é a do nacionalismo, porque as tarefas mais urgentes de tamanho empreendimento, as prioridades de sua realização, o ritmo de suas obras, tudo depende primordialmente de nós brasileiros, da urgência por nós sentida na batalha contra o atraso técnico e industrial.

Traduz, portanto, o nacionalismo neste momento, para o Brasil, a decisão de levar a cabo uma política pioneira de base e que, por isto mesmo, só nós próprios podemos sentir e formular. Política de base para alicerçar nossa industrialização, política de base que permita incorporar a níveis de produtividade de renda mais satisfatórias a grande massa da população.

Só no sentimento nacionalista pode apoiar-se essa política de base, pois não encontra fora daí ambiência nem compreensão. Não fôsse a oportunidade criada pela última guerra, não fôsem a visão nacionalista do presidente Vargas e a compreensão generosa do presidente Roosevelt não haveria Volta Redonda. Teríamos de esperar que o interesse do capital privado amadurecesse ao ponto de lhe parecer conveniente aplicar-se em inversão daquela natureza. Passo tão importante para a industrialização, foi, assim, antecipado por força da concepção política nacionalista, que, superando a visão do

desenvolvimento peculiar à empresa privada, lançou-se pioneiramente a uma obra fundamental na luta contra o atraso brasileiro.

Muito esclarecedor a esse respeito é o caso do petróleo. Durante anos a fio, o território brasileiro esteve aberto à exploração do capital privado, nacional ou estrangeiro, e ninguém se interessou pela coisa. Ainda hoje, o capital privado não volveria suas vistas para a exploração do petróleo brasileiro não fôra a atitude nacionalista assumida pelo Estado. Primeiro, porque há superabundância de petróleo atualmente, e porque vastas reservas já identificadas em países de grande produção, como a Venezuela, ali se acham para substituir fontes, como as do Próximo Oriente, que as vicissitudes da guerra tornarem impraticáveis.

Além disto, o mercado brasileiro, apesar de suas perspectivas favoráveis, só agora está consumindo 130 mil barris diários. A nenhuma grande empresa interessaria montar no Brasil, como negócio, uma indústria integrada de petróleo, da extração ao refino, para satisfazer apenas nossas necessidades internas. Estas, as grandes companhias fornecedoras do mercado nacional podiam perfeitamente saciar com o óleo que produzem nas vizinhanças mesmas do Brasil, eis que o problema de divisas é nossa, e não das companhias.

Mas a posição nacionalista teve a virtude de colocar na ordem do dia o problema de descobrir petróleo e de refiná-lo no país. A outra posição seria a de esperar, mediante concessões a longo prazo que praticamente transfeririam a propriedade das jazidas para os trustes, que estes tivessem interesse em proceder a pesquisas e instalar refinarias no território brasileiro.

A posição nacionalista colocou o interesse nacional na liderança do problema do petróleo, determinando assim que êle fôsse encaminhado não ao sabor de conveniências técnicas e comerciais dos trustes, mas sob a pressão de nossas necessidades e das reivindicações do nosso desenvolvimento.

Está claro que tivemos de esbarrar, e vamos esbarrar ainda com muitas dificuldades no caminho da solução nacionalista. Os trustes são poderosos. Não é em vão que, só no ano passado, gastaram em publicidade, em publicidade de um produto que não precisa de anúncios, nada menos de 600 milhões de cruzeiros. Mas a posição nacionalista, que foi ganhando com ímpeto crescente a consciência popular, teve, desde o início, a vantagem de propor o problema do petróleo ao país mes-

mo, e não aos trustes, de colocá-lo, antes de tudo, na dependência da nossa vontade, como uma tarefa nacional, em termos formulados por nós próprios e não em termos formulados pelas empresas privadas estrangeiras.

A posição nacionalista foi tão essencial na criação do problema-petróleo no Brasil, tão importante na formação de uma consciência popular reivindicadora de medidas para sua solução, que hoje em dia tenho ouvido de sinceros adeptos da iniciativa privada que, mesmo admitida a participação do capital estrangeiro, seria criminoso acabar-se com a Petrobrás. Eles próprios temem que os trustes permaneçam sem concorrência na indústria e no mercado nacional de petróleo.

De modo nenhum a posição nacionalista exclui a colaboração do capital e da técnica estrangeiros. Aquêles que pensam que nacionalismo em matéria de petróleo, ou em qualquer outra matéria semelhante, significa dispensa do capital e da técnica estrangeiros, enganam-se redondamente, se é que pensam com honestidade.

Nacionalismo não se traduz por recusa ou desinterêsse da ajuda técnica e financeira que os países industrializados nos podem fornecer. Nacionalismo exprime, antes de tudo, um plano de trabalhos, um esquema de realizações, uma política de base que desejamos realizar em termos de uma formulação própria segundo as urgências ditadas pelos interesses do nosso desenvolvimento, na conformidade de um objetivo nacional de vida.

Outorgar concessões petrolíferas aos trustes e aguardar que eles se movam até o ponto de instalar, da extração ao refino, uma indústria de petróleo no Brasil, seria colocar o problema sob a dependência de fatores, que escapariam ao nosso contrôle. Manter a questão do petróleo em termos nacionalistas significa conferir primazia no assunto ao interêsse nacional, significa conduzi-lo por nossas próprias mãos, significa fazer do petróleo um instrumento de política nacional sob nosso contrôle, significa disposição para sacrifícios contanto que solucionemos o caso como donos de nossas jazidas.

Para os brasileiros, o importante em petróleo é que produzamos para nosso próprio abastecimento. Alcançada essa etapa, nossa vitória é já completa. Para os trustes, o importante é produzir petróleo para vender aqui e no estrangeiro. No primeiro caso, prima um objetivo nacional de progresso e segurança sob qualquer outro. No segundo, prima um objetivo comercial. Para o truste, o único objetivo político em

petróleo, a que êle se subordina, é o do país cujos capitais o alimentam e de que êle se constitui, em última análise, um agente da respectiva expansão política e militar.

Prefere a posição nacionalista situar o petróleo, antes, como elemento integrante de uma política própria do que como elemento integrante de uma política na melhor das hipóteses a ser partilhada com os trustes, pois êles, desde que concessionários de explorações petrolíferas, teriam de participar da vida interna nacional como fatores de sua segurança e de seu desenvolvimento.

Mas quem orienta e domina os trustes? Quem dita a orientação política por êles seguida? São os países que lhes outorgam concessões e não controlam de fato a indústria, e se contentam em receber "royalties", ou os países que possuem nos trustes seus agentes políticos e militares?

Essa situação explica por que é tão intensa a campanha dos trustes contra a solução nacionalista. Daí as imensas dificuldades que à solução nacionalista se deparam, dificuldades de financiamento, dificuldades de aquisição de material.

Não é segredo para ninguém que, quando se organizou a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, a fim de estudar financiamentos de problemas nacionais de base, convencionou-se, de saída, que de financiamentos destinados à exploração do petróleo não se cogitaria. Podia-se cuidar de financiamento para tudo, menos para petróleo.

A refinaria de Cubatão não pôde ser comprada nos Estados Unidos. Tivemos de recorrer à indústria européia para adquirir os maquinismos da grande usina.

Dêsse modo, a primeira e mais grave dificuldade que se depara à solução nacionalista, é a decorrente do financiamento em divisas estrangeiras. Porque êsse financiamento, só o quer fazer o capital privado dos países em que os trustes são forças econômicas dominantes, dentro de esquemas, que julgam convenientes ao seus interesses, esquemas antes de mais nada baseados no regime das concessões, como acontece no Irã, na Arábia, na Venezuela, na Colômbia, no Peru. A colaboração dos trustes acarreta com ela um método, uma política, a que temos de nos curvar.

Pelas críticas que seus adversários lhe fazem, afigurarse-á aos desatentos que a solução nacionalista repele os financiamentos feitos pelo capital privado estrangeiro. Não é verdade. Dentro da solução nacionalista da Petrobrás, financiamentos são perfeitamente praticáveis e com vantagens recíprocas. Êsses financiamentos, contudo, não se pautam pelo

modelo tradicional-colonizador dos trustes, eis tôda a diferença. Diferença de que não querem os trustes abrir mão. Parece-me a mim achar-se entre os motivos dessa teimosia o receio de abrir brechas na frente do sistema colonizador das concessões. Como repercutiria na Venezuela, no Peru, na Colômbia, a colaboração aberta dos trustes no sistema nacionalista brasileiro?

Assim, os trustes resistem, ao mesmo tempo que agora se mostram ansiosos para participar da exploração do nosso petróleo, porém à maneira dêles.

Nosso dever também é resistir, e tornar patente a viabilidade do esquema nacionalista, mesmo à custa de sacrifícios. Serão sacrifícios compensadores. De fato, já começam a ser compensadores.

Faltou em diversas ocasiões à política nacionalista do petróleo maior firmeza, maior coerência, mais audácia. De estarrecer, por exemplo, foi o fato de se haver colocado em postos importantes e até postos chaves dessa política indivíduos que nela não acreditavam e não coravam de o dizer abertamente. Tínhamos, assim, a política estatal do petróleo conduzida em parte por elementos contrários a ela, paradoxo responsável pelas suas perplexidades mais graves.

Mau grado tudo isto, a política nacionalista conta, hoje, em seu ativo vitórias brilhantes, embora parciais como a das quatro refinarias recentemente instaladas, duas das quais estatais, e que produzirão cêrca de 80 mil dos 130 mil barris diários que consumimos, o que permite economia de divisas da ordem de 60 milhões de dólares, por ano.

Além disto, aí estão os campos petrolíferos da Bahia, cujas reconhecidas possibilidades de produção podem já alcançar 30 mil barris por dia; a descoberta, no Amazonas, do poço de Nova Olinda, cujo perfil geológico em tudo igual ao perfil dos poços das áreas mais produtivas do mundo, autoriza a sólida esperança de imensos lençóis de óleo naquela imensa área.

São passos êsses comprovadores da atividade da política nacionalista, passos decisivos para evidenciar sua praticabilidade, passos que permitirão romper a hostilidade dos trustes convencendo-os, ao mesmo tempo, a que colaborem conosco, embora dentro de esquema diverso daquele a que se habituaram.

Na verdade, muitas das dificuldades que inicialmente se assinalavam à política nacionalista, tem já a Petrobrás mostrado que se podem vencer, seja pela contratação de equipes de técnicos estrangeiros de primeira ordem, seja pela lavra-

tura de contratos de fornecimentos de matérias-primas e de construção de novas unidades, como a fábrica de adubos de Cubatão.

A lei instituidora da Petrobrás confere-lhe autoridade para contratar com firmas estrangeiras a exploração do óleo e a construção de refinarias, para negociar a forma de pagamento que poderá ser em matéria prima ou em dinheiro.

O capital privado estrangeiro dispõe, sob a Petrobrás, de oportunidades muito rendosas de investimento. Caberá a prática dizer se tais oportunidades poderão comportar modificações, embora sem prejuízo da espinha dorsal do esquema nacionalista.

Está, porém, fora de cogitação substituir-se o esquema nacionalista pelo esquema concessionista dos trustes, como condição indispensável a que venhamos a produzir o petróleo de que necessitamos.

A confiança dos trustes no fracasso da Petrobrás funda-se na escassez de divisas estrangeiras. Este é o ponto decisivo da luta entre a política nacionalista e a política das concessões. A política nacionalista está, por isto mesmo, chamada a despendar esforço muito sério no sentido de aparelhar a Petrobrás com a quantidade de divisas indispensável para imprimir à pesquisa do petróleo o ritmo compatível com o interesse nacional, que é o de satisfazer, no mais breve espaço de tempo possível, nosso próprio consumo.

Disporá a política nacionalista de tal possibilidade?

Há os que pensam, e muitos pensam honestamente, que não. Consideram o capital necessário aos investimentos petrolíferos tão avultado que não vêem como obtê-lo dentro do país, com o trabalho do país.

Todavia, há os que firmemente acreditam na possibilidade de obtermos, nós mesmos, divisas suficientes para investimentos anuais substanciais, ainda que se tornem necessárias medidas drásticas na importação de bens de consumo, a começar pelos menos imprescindíveis.

E' imperioso, todavia, experimentar antes de ceder. E' mister procurar na prática uma solução para a questão de divisas, antes de sentenciar contra a política nacionalista. Não se pode antecipar que não há meio de estabelecer dotações anuais substanciais em dólares para a Petrobrás antes de um esforço viril, de uma determinação esclarecida no sentido de lograr tal objetivo.

Há pouco, ditado pelo espírito nacionalista de não ceder antes de queimar todos os cartúchos, organizou-se um esque-

ma, já dado à publicidade, pelo qual à Petrobrás serão atribuídos sessenta por cento das divisas economizadas com o transporte por navios nacionais e com o tratamento pelas refinarias nacionais do óleo bruto importado. Os meios de transporte e refinação que já possuímos possibilitam uma economia de divisas da ordem de 60 milhões de dólares. Tocarão à Petrobrás, portanto, pelo esquema aprovado, a soma global de uns trinta milhões de dólares, soma suscetível de aumentar, e que, repetida ano após ano, perfaz contribuição de valor extraordinário para inclusive derrotar o absentéismo hostil do capital estrangeiro.

Não fôra o espírito nacionalista, não fôra a determinação nêle inspirada, não fôra a vontade de vencer que nêle se alimenta, o esquema pelo qual a Petrobrás, dêste ano em diante, disporá no mínimo de trinta milhões de dólares, não teria ocorrido a ninguém. Ninguém encontraria a saída inicial feliz que tal esquema apresenta, e isso num momento de agudas dificuldades cambiais para o país.

Dir-se-á, todavia, é pouca a quantidade de divisas destinadas à Petrobrás. Para início de atividades, não é.

Consideremos que as inversões petrolíferas não são maciçamente feitas de um jato, porém se espaçam por longos anos a fio, pois um campo de petróleo requer de seis a dez anos para estar em condições completas de produção.

E' infantil a idéia de que, pelo regime de concessões aos trustes, nosso problema do petróleo se solucionaria em curto tempo e mesmo em tempo recorde. Aqui situa-se exatamente um dos pontos mais importantes da questão do petróleo: a noção "tempo" dos trustes não é, necessariamente, idêntica à noção nacionalista de "tempo". Para o Brasil, o petróleo é utilidade que devemos produzir com urgência. Produzida em quantidade suficiente para abastecer o mercado interno, terá o problema recebido, do nosso ponto de vista, solução já completa. Mas, para os trustes, a produção de petróleo neste país é, antes de tudo, um aspecto da produção de petróleo no mundo, do petróleo cujas fontes e cuja distribuição êles controlam. Nós equacionamos o problema em têrmos nacionais de segurança, de desenvolvimento e abastecimento interno, ao passo que os trustes têm de equacioná-lo em têrmos internacionais de reserva e consumo, de venda e distribuição no mercado mundial, já que o brasileiro é pequenina fração dêsse todo.

Êsses fatores condicionam modos diferentes de tratar e sentir o problema. A posição nacionalista tal se denomina

pela ênfase que põe as condições internas como elemento determinante fundamental da política de petróleo.

Dêsse modo, seja por obra de razões técnicas, seja por força de razões comerciais, como política de preços em face das quantidades disponíveis para o mercado, os trustes fazem seus investimentos progressivamente, segundo a marcação de um compaso internacionalmente complexo.

Na Venezuela, por exemplo, os investimentos das companhias concessionárias somam 2 bilhões de dólares, na atualidade. Mas essa formidável quantia foi aplicada no espaço de meio século, o que dá a média de 40 milhões de dólares, por ano. Foi necessária, porém, a ocorrência de duas guerras mundiais para que as empresas concessionárias do petróleo venezuelano ativassem as pesquisas e a produção do óleo local.

Se a política nacionalista não esmorecer, se a Petrobrás continuar a possuir em sua direção elementos convencidos da praticabilidade do esquema nacionalista, resolutos e determinados na consecução dos objetivos que a lei criadora da autarquia lhe assinala, se crescentes dotações em dólares lhe forem regularmente atribuídas, dúvida não haverá de que criaremos nossa indústria de petróleo fora das condições impostas pelos trustes, e em condições escolhidas por nós mesmos, segundo uma apreciação própria e intransferível dos nossos interesses.

Para essa batalha não estamos tão despreparados como se assoalha nos círculos concessionistas. Frutos dela já aí se encontram, e tais frutos não autorizam desânimo, antes infundem confiança no futuro. Constatemos, também, que o país possui alguns trunfos que, bem jogados nesta partida em prol do desenvolvimento nacional, produzirão, mais tarde ou mais cedo, resultados do maior alcance.

Entre êsses trunfos destaca-se a posição internacional do nosso país. Não somos, por enquanto, uma grande potência, e ainda não atingimos mesmo o nível de um país adiantado pelos padrões da civilização industrial contemporânea. Nossa posição geográfica, os valores culturais que pregamos, os interesses econômicos, tudo nos prende ao campo ocidental, cuja liderança pertence de fato aos Estados Unidos.

Contudo, dentro do campo ocidental não somos unidade tão fraca que não haja lugar para nossa voz, na conceituação dos nossos problemas fundamentais. Podemos oferecer, como o passado recente testemunha, colaboração preciosa, bastando refletir nas matérias primas de valor militar que estamos em condições de exportar. Nosso manganês e nossos minerais atômicos, por exemplo, constituem instrumentos de uma polí-

tica internacional, que poderia ser mais atilada do que tem sido, na negociação de vantagens recíprocas. Possuímos algo de muito importante a oferecer. Algo de muito importante justo é que recebamos. Entretanto, não há notícia de que tenhamos ligado às concessões para a exploração do manganês, aos fornecimentos de materiais estratégicos como areias monazíticas e minerais atômicos, um esforço diplomático no sentido de receber o esquema nacionalista do petróleo melhor compreensão da parte do capital público e privado norte-americano.

Nas relações internacionais, quem não negocia, não logra vantagens, quem não faz valer seus trunfos não pode esperar senão o tratamento consagrado pela rotina e pelas fórmulas tradicionais de colaboração.

Nossa política internacional precisa vencer o receio de parecermos inoportunos, de sermos julgados imaturos para compreender os lances do grande jôgo entre as potências, precisa perder o receio de criar problemas a nações amigas, mesmo num tempo de dificuldades especiais para todos. Precisa perder o temor reverencial pelas grandes civilizações e pelas grandes potências, temor que é produto de uma visão cultural do mundo em que a contribuição de nossa realidade não se incorpora, mas antes é consciente e inconscientemente repelida.

Problemas universais como a guerra fria entre Leste e Oeste tornam-se, portanto, suscetíveis de minimizar na mentalidade diplomática os problemas nacionais. A visão do universal, daquilo que se passa no palco do mundo, tende a situar em segundo plano a visão do que é peculiarmente regional.

Conseqüência prática de tal estado de espírito é a inclinação antes a ceder do que a reclamar, antes a concordar do que a discutir, antes a não fazer contas do que a minuciá-las.

O nacionalismo tem de afirmar-se, por isto mesmo, como traço profundo de nossa cultura política, como o traço que porá essa cultura em contato com as nossas realidades, habilitando-a a distinguir nossos problemas e a formulá-los em termos próprios do nosso interesse.

Não é, portanto, o nacionalismo uma atitude episódica e parcial, que, aplicada por motivos políticos ou emocionais passageiros, a certas questões, a mais não se prestaria do que a servir a interesses pessoais ou partidários demagógicos.

O nacionalismo verdadeiro nada tem de jacobino, não se arreceia da colaboração estrangeira. Não implica de modo algum em posição isolacionista. Para um país subdesenvolvido

como o Brasil, o nacionalismo representa, acima de tudo, a consciência do seu "tempo" histórico e social, a consciência dos problemas que lhe são específicos em determinada conjuntura do subdesenvolvimento nacional.

Descobrir possibilidades de superação do atraso através de concepções e métodos extraídos das condições características da respectiva situação histórica, econômica e social, constitui a tarefa principal do nacionalismo nos países subdesenvolvidos. Só a política nacionalista possibilitará a mobilização da consciência popular na obra coletiva da conquista de níveis superiores de civilização.

Longe está o nacionalismo, portanto, de reduzir-se a uma invenção de demagogos, a pura falsificação chauvinista da realidade, ou a mera exploração eleitoral. O nacionalismo é fruto histórico legítimo do processo dialético de transformação das condições econômicas e sociais nos países de economia colonial ou reflexa.

Vejam, por exemplo, as raízes históricas do nacionalismo na América Latina.

Há muitos anos que a América Latina constitui uma das áreas do mundo mais lucrativas para a empresa privada colonizadora, para os investimentos do capital colonizador.

Com seus governos instáveis, com seus homens públicos orientados em matéria econômica e financeira pelas idéias e interesses dos países industrialmente adiantados, os países latino-americanos organizavam-se fundamentalmente para exportar matérias-primas. A economia desses países era complementar da economia dos países industrialmente adiantados. Nos países latino-americanos, o progresso traduzia-se por investimentos acima de tudo ligados às exigências da exportação de matérias-primas e produtos tropicais.

Viviam os países latino-americanos na dependência absoluta dos mercados exteriores, especializados que eram (e ainda são) em produzir dois ou três produtos importantes para enviar aos mercados estrangeiros. Na mais completa subalternação desses mercados se quedavam, fôsse para o que vendiam, fôsse par os bens essenciais e manufaturados que compravam. Qualquer crise, qualquer depressão no exterior representava para os países latino-americanos quedas fatais de exportação com a conseqüente agravação das dificuldades internas.

Essa situação de simples dependência em que a economia reflexa dos países latino-americanos os colocava, começou a mudar sob o impacto da primeira e da segunda conflagrações mundiais e em conseqüência do crescimento dos respectivos

mercados internos, fatores êsses estimulantes da diversificação da produção, da introdução e melhoria das técnicas para aumento da produtividade, e, sobretudo, do aproveitamento dos recursos naturais próprios em benefício da industrialização.

A política tradicionalmente praticada pelos investimentos estrangeiros nos países-fontes de matérias-primas, nos países de economia colonial e reflexa, teria de ceder o passo à política diferente, em que o sentido do desenvolvimento se marcasse pela preocupação de criar condições internas para a valorização do elemento humano nacional, num ritmo determinado pela nossa vontade, pela nossa capacidade, pelo nosso interesse em vencer o atraso.

Esta é a base e o espírito da política nacionalista.

Nela o primeiro lugar pertence ao esforço nacional, cujos objetivos se concretizam na mobilização progressiva, mas imediata das riquezas e recursos que permitam ao país nivelar-se às nações adiantadas.

Esta política não repele o capital estrangeiro. Enquadra-o num esquema de desenvolvimento que, em vez de se achar dominado pelos interesses comerciais da empresa privada como empresa privada, acha-se orientado por um planejamento da vida nacional. A hidrelétrica de Paulo Afonso exemplifica muito bem o sentido da política nacionalista e o que ela reivindica como contribuição do capital estrangeiro ao esforço nacional para superar o subdesenvolvimento.

Num país subdesenvolvido, as tarefas da política nacionalista ultrapassam necessariamente o raio de ação dentro do qual funciona a empresa privada. A empresa privada é, sem dúvida, também fator, e muito importante, de progresso. Porém, seus horizontes se limitam pela própria vocação do interesse comercial e financeiro que a inspira. A empresa privada procura a rentabilidade compensadora imediata, num processo competitivo em que o lucro decidirá de seu sucesso. Ela é, assim, de sua própria natureza, expressão do sistema econômico capitalista dominante.

Muitas das tarefas da política nacionalista ultrapassam, por isto mesmo, a capacidade empreendedora da empresa privada nos países subdesenvolvidos. Instalar indústrias de base, explorar fontes de energia e combustível, tornar progressista a estrutura agrária são tarefas que exigem imperativamente, nos países subdesenvolvidos, a liderança do Estado, porque se situam além da finalidade comercial própria das forças econômicas características do sistema da livre empresa.

Em tais condições, o Estado é chamado a desempenhar papel diferente daquele que desempenha em países já desenvolvidos. Sua intervenção no domínio econômico não constitui postulado doutrinário, mas imposição das exigências do desenvolvimento, desde que êste se coloque como produto de uma mobilização de forças nacionais e não apenas como resultado da ação reflexa da iniciativa privada, ou do investimento de capitais estrangeiros. A interferência do Estado no domínio econômico não significa necessariamente estatização de atividades econômicas, mas, antes de tudo, uma direção geral normativa através de adequado conjunto de medidas promocionais de desenvolvimento. Não se trata de socialismo. Não se trata de repúdio ao capital estrangeiro.

Trata-se, isto sim, do planejamento de medidas de ordem material e financeira destinadas a preparar o país para que sua estrutura econômica possa comportar a massa do povo trabalhador em níveis razoáveis de produção e consumo e de renda nacional; ou de medidas destinadas a propiciar a captação de recursos para investimentos de base.

Deixados ao sabor de interesses puramente imediatos de rentabilidade, os capitais preferirão em grande parte dirigir-se para as formas tradicionais ou ostentatórias de consumo, esquecidas as exigências básicas do desenvolvimento.

As exigências do progresso, da criação de uma infra-estrutura capaz de permitir a conquista de padrões superiores da vida econômica exigem inversões a longo prazo, de baixa ou moderada rentabilidade, inversões ligadas ao equipamento da industrialização do país, da exploração de suas fontes de combustíveis, do aparelhamento dos seus meios de transporte.

A base mais profunda da política nacionalista nos países subdesenvolvidos reside, portanto, no despertar de uma consciência política própria, de tal modo que a imagem do país não a recebamos de mãos estranhas, porém do sentimento de nosso próprio destino e do conhecimento de nossas próprias possibilidades.

A política nacionalista preocupa-se, antes de tudo, com a situação do povo com as condições de vida que a estrutura econômica permite ao povo. Ao equacionar o desenvolvimento de um país ainda atrasado, como o nosso, entra nos termos da formulação nacionalista, em absoluto destaque, a organização de uma economia para atender as reivindicações do maior número, as reivindicações dos que vivem do próprio trabalho. Não teria cabimento uma política nacionalista, típica de país sub-

desenvolvido, que não fôsse, ao mesmo tempo, uma política populista.

O ponto essencial de referência da política nacionalista vamos assim encontrá-lo nas condições de vida do povo, nas condições de produtividade, em que seu trabalho se concretiza, nos níveis da renda nacional. A política nacionalista considera, portanto, o povo como o primeiro capital do país. Ao pensar no progresso em função do qual se devem fazer os investimentos, a política nacionalista levanta logo seu critério próprio para medir êsse progresso: até onde modificou para melhor as condições de vida do povo, até onde representou um passo essencial na transformação da estrutura econômica tradicional de modo que ela pudesse oferecer perspectivas mais amplas de produção e consumo?

Do ponto de vista da pura rentabilidade, do lucro comercial imediato, países subdesenvolvidos, como o Brasil, oferecem apesar do seu atraso, oportunidades magníficas.

Há atividades econômicas que produzem lucros estupendos e, de fato, inúmeras são as empresas cujos balanços acusam dividendos extraordinários neste país. Os investimentos estrangeiros são raramente remunerados. De 1946 a 1951, por exemplo, os capitais privados americanos investidos no Brasil somaram cerca de 380 milhões de dólares. Capital é termo aqui empregado para significar entrada de dinheiro, de máquinas, de patentes. Pois, no mesmo período de 1946 a 1951, as remessas enviadas para os Estados Unidos como amortização e juros somaram cerca de 320 milhões de dólares. Melhor negócio não se poderia desejar. Além do dinheiro enviado, muito dinheiro ainda ficou por aqui, mesmo, reinvestido pelas empresas na ampliação de suas instalações.

Sem dúvida, êsses investimentos trouxeram progresso para o país. Porém, além, de se ligarem, em grande parte, a solicitações imoderadas do consumo de luxo, êles exploraram, sobretudo, atividades ligadas a formas estabelecidas e tradicionais de consumo, que o crescimento vegetativo do mercado interno ampliou. A contribuição dêsse modo recebida do capital estrangeiro não ajudou a transformar o país na linha da indispensável remodelação de sua infra-estrutura, que permaneceu, portanto, insuficiente e atrasada. O Brasil, com população superior a 50 milhões de habitantes, continua a produzir e consumir em níveis modestos para uma população de 25 milhões. Metade da população brasileira não está incorporada a uma estrutura de produção e de trabalho que lhe permita viver decentemente.

É do conhecimento de tal situação que irrompe a flama em que se inspira e anima a política nacionalista. O desenvolvimento dêste país não pode ser concebido como empreendimento industrial e comercial, sujeito a investimentos do capital privado, na medida em que êsse capital tenha interêsse em promover novas fontes de riqueza e de renda. Esta medida é demasiado pequena para o sentimento nacional do nosso destino.

Além do mais, o caráter reflexo e complementar de nossa economia tenderia a perdurar, indefinidamente, se sua transformação dependesse apenas da ação dos investimentos privados. Êsses investimentos não cuidariam de abreviar, de apressar, de forçar a mudança do caráter de nossa economia, dêles não seria justo esperar nenhuma atitude revolucionária, nenhuma atitude criadora. Eles acompanhariam a evolução, não queimariam etapas dessa evolução.

Penso haver demonstrado que a posição nacionalista é, na conjuntura do nosso subdesenvolvimento e em face das tarefas que sua superação reclama, a única politicamente compatível com a visão de um Brasil consciente de seu destino histórico.

Reduzir a posição nacionalista à hostilidade contra o capital estrangeiro só pode ser produto da ignorância ou da má fé. Produto será, também, dos interêsses que, ligados às formas colonizadoras da exploração econômica, não querem que o Brasil se olhe com seus próprios olhos, se reconheça, se defina e se encontre a si mesmo.